

Carla Maria Guerreiro Oliveira.  
 Carlos Alberto Mouteira Fernandes.  
 Celina Maria Silva Pinto Lopes.  
 Clemente Gonçalves Pires.  
 Fernando Amaro Gonçalves Catarina.  
 Filomena Maria Alves da Cruz.  
 Francisco Gerardo Barreiros Verde Lírrio.  
 Ilda Maria Domingues Gonçalves.

Suplentes:

Ivone da Rocha Monteiro.  
 João Maria da Cruz Pereira.  
 Joaquim Manuel da Conceição M. Guardão.  
 José Luís de Lima.  
 Luciano Maria Reis Lima Santos.  
 Luís António Dantas da Rocha.  
 Luísa Maria Sequeiro Ribeiro Rosário.  
 Manuel Cândido Cunha Pereira.  
 Manuel de Sousa Marques.  
 Margarida Maria Cabral Maio.  
 Maria Adelaide Cardoso M. Carvalho.  
 Maria Celeste Garrido Pais de Sousa T. Araújo.  
 Maria do Carmo Fernandes Pinto Vieira.  
 Maria Elisabete Gonçalves Dourado.  
 Maria Filomena Maciel Sales Gomes.  
 Maria Isabel Fortunato Valença Dias.  
 Odete Zaida Simões Reino Fernandes.  
 Patrícia Isabel Rodrigues Fão.  
 Rosa Palmira Lomba Morais.  
 Rui António Oliveira Fernandes.  
 Rui Manuel Taxa da Silva Araújo.  
 Rui Matos Costa.  
 Sandra Sofia Martins Rego Fernandes.  
 Serafim da Silva Cubal.  
 Susana Marília Fernandes Fão.  
 Teodoro da Fonte.  
 Tomásia Cristina Pereira da Cunha.  
 Turíbio Gonçalves Gomes.  
 Ventura Rodrigues Cunha.  
 Vítor Manuel Peraboa Couchinho.

**Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para intervir nas causas da competência do Tribunal de Menores da Comarca de Cabeceira de Basto**

Efectivos:

Ana Celeste de Moura Leite Vilas.  
 Anabela Granjo Rodrigues.  
 Carla Margarida Freitas Fernandes.  
 Domingos Fernando de Araújo M. Pereira.  
 Francisco Luís Teixeira Alves.  
 José Luís Maia Ramos.  
 Leonilde de Jesus dos Santos Cerqueira Amorim Vale Machado.  
 Manuel José do Carmo Carneiro.  
 Márcia Araújo.  
 Maria do Céu Magalhães de Sousa.  
 Maria Luísa P. Barroso.  
 Maria Margarida Coutinho Alves Pereira Pinto Oliveira.  
 Maria Rosa Pereira Ribeiro.  
 Rosa Maria Gonçalves Pereira Videira de Miranda.  
 Sandra Cristina Mendes.

Suplentes:

António Fernando Ferreira Basto.  
 Benvinda de Jesus Martins Teixeira de Magalhães.  
 Irene Maria de Oliveira Fontes.  
 José Magalhães Serrão.  
 Maria de Fátima Neiva Oliveira.  
 Mário Machado Pinto de Oliveira.

**Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para intervir nas causas da competência do Tribunal de Menores da Comarca de Santa Cruz**

Efectivos:

Alice Rosária de Freitas Correia Gonçalves.  
 Ana Isabel de Jesus Vieira Fernandes.  
 Ana Raimundo.

Conceição das Neves Quintal Santos.  
 Francisco Paulo Rodrigues Teixeira.  
 Frederico Sérgio Correia de Nóbrega Freitas Teixeira.  
 João Luís de Freitas Madruga.  
 Jordão Gouveia.  
 Lúcia Maria Alves Vieira.  
 Luís Adelino de Nóbrega Rodrigues.  
 Maria Fátima de Caires Teixeira Gouveia.  
 Maria Lina Fernandes Carreira Lillegaard.  
 Maria Natália Rodrigues Martins.  
 Maria Serafina Velosa Freitas Alves dos Santos.  
 Teresa Maria Gouveia da Mata.

Suplentes:

Antónia da Paz Moniz Alves.  
 Carlos Alberto Cardoso Barbosa.  
 Dénia Maria Nóbrega Caires.  
 José Manuel da Mata e Nóbrega.  
 Nazário Coelho.  
 Maria Isabel Quintal Ornelas de Aguiar.

**Secretaria-Geral**

**Despacho n.º 664/2009**

O Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, ao aprovar a nova orgânica do Ministério da Justiça, conceptualizou a Secretaria-Geral como serviço da administração directa do Estado que tem por missão assegurar o apoio técnico e administrativo aos gabinetes dos membros do Governo da área da justiça e aos órgãos e serviços sem estrutura de apoio administrativo, assegurando, ainda, o apoio aos demais serviços e organismos do departamento ministerial nos domínios da gestão dos recursos internos, do aprovisionamento centralizado, da assessoria técnico-jurídica e contencioso, da documentação e informação e da comunicação, relações públicas e protocolo, cabendo-lhe, igualmente, assegurar a gestão do subsistema de saúde e de acção social complementar da justiça.

O Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril, que aprova a Lei Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, adiante abreviadamente identificada por SGMJ, conformando a missão definida naquele diploma no quadro das atribuições do Estado prosseguidas pela SGMJ, adoptou um modelo de organização interna estruturado na hierarquia.

A Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, veio, em desenvolvimento do previsto no diploma referido no parágrafo anterior, consagrar a existência de sete unidades orgânicas nucleares as direcções de serviços de Recursos Humanos, de Recursos Financeiros e Patrimoniais, de Organização e Recursos Tecnológicos, de Recursos Documentais, Arquivo e Património Histórico, de Serviços Jurídicos e de Contencioso, a Unidade de Compras do Ministério da Justiça e o Departamento de Gestão do Subsistema de Saúde e Acção Social Complementar da Justiça -, tendo a Portaria n.º 557/2007, de 30 de Abril, fixado em treze o limite das unidades flexíveis a criar.

Com vista a conferir operacionalidade à orgânica assim delineada, forma criadas por meu despacho de 22 de Maio de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 14 de Junho, sob o n.º 11650/2007, onze unidades orgânicas flexíveis na SGMJ, definindo as respectivas competências, com respeito pelo limite fixado na Portaria n.º 557/2007, de 30 de Abril, concretizada, em obediência ao disposto no artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro.

Decorrido mais de um ano, sobre a emissão do despacho a que acima se aludiu e atendendo à necessidade de continuar a conferir operacionalidade à orgânica delineada para a SGMJ, nomeadamente em matéria de aprovisionamento centralizado, afigura-se imprescindível a criação de uma nova unidade orgânica flexível, para além das até agora existentes.

Assim, em desenvolvimento do estatuído no Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril, e na Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, em obediência ao determinado na Portaria n.º 557/2007, de 30 de Abril, e ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e na alínea f) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determina-se o seguinte:

1 — É criada, no âmbito da SGMJ e para além das onze unidades orgânicas flexíveis definidas no Despacho n.º 11650/2007, publicado

no *Diário da República* 2.ª série, n.º 113, de 14 de Junho, a seguinte unidade orgânica flexível:

1 — Na dependência da Unidade de Compras do Ministério da Justiça:

1.1 — A Divisão de Serviços de Aprovisionamento Centralizado, adiante designada por DSAC. A DSAC exerce as competências previstas no artigo 7.º da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril.

1.2 — A DSAC prossegue as atribuições previstas no artigo 2.º, n.º 2, alínea e), do Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril.

1.3 — A DSAC é dirigida por um chefe de divisão, cargo de direcção intermédia de 2.º grau.

2 — A afectação ou reafectação de pessoal à unidade orgânica flexível ora criada, realiza-se por despacho do dirigente máximo do serviço.

17 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

## Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

### Despacho (extracto) n.º 665/2009

Por meu despacho de 8 de Maio de 2007, no uso de competência delegada, foi Ana Paula Sales de Almeida Barbosa, telefonista, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, transferida para o quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, com efeitos a 1 de Maio de 2007, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, ficando exonerada do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

### Despacho (extracto) n.º 666/2009

Por meu despacho de 30 de Abril de 2007, no uso de competência delegada, foi Alice Maria da Conceição, telefonista, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, transferida para o quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, com efeitos a 1 de Maio de 2007, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, ficando exonerada do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

4 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

### Despacho (extracto) n.º 667/2009

Cumprido o determinado no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, por meu despacho de 7 de Maio de 2008, foram as técnicas-profissionais, Carla Patrícia Carvalho Couto Jesus, do Hospital Pedro Hispano, e Maria da Graça Rocha Almeida Sousa, Paula Alexandra Pereira da Silva Feixa e Olinda Rosa Sousa Azevedo, do Instituto da Droga e da Toxicodependência, transferidas para o quadro de pessoal de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, na categoria de assistente administrativa principal, com efeitos, respectivamente, a 31 de Dezembro de 2007, a 31 de Janeiro de 2008, a 31 de Março de 2008 e a 30 de Abril de 2008, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, ficando exoneradas dos lugares de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

### Despacho (extracto) n.º 668/2009

Cumprido o determinado no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e tendo sido obtida a anuência do serviço de origem, foi autorizada por meu despacho de 26 de Junho de 2008, a transferência do técnico superior de 1.ª classe de Serviço Social, Marcos Paulo Taipa de Sousa Ribeiro, do quadro de pessoal do Instituto da Droga e Toxicodependência, para a categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe de Reeducação, do quadro de pessoal da Direcção Geral dos Serviços Prisionais, com efeitos a 1 de Julho de 2008.

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

### Despacho (extracto) n.º 669/2009

Por despacho da Directora-Geral, e nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril, foi José Luís Mendes, técnico superior principal de reinserção social, designado para adjunto do Director do Estabelecimento Prisional de Évora, em regime de comissão de serviço pelo período de três anos, com efeitos a 1 de Setembro de 2008.

5 de Dezembro de 2008 — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

## Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos

### Despacho (extracto) n.º 670/2009

Por despacho da directora-geral, de 28 de Novembro de 2008, foi António Manuel Matos Domingos, guarda principal, escalão 1, índice 170, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, reclassificado nos termos da alínea e) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na carreira técnica superior, categoria de técnico superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, do mesmo quadro de pessoal, com efeitos a 1 de Dezembro de 2008.

Foi dado cumprimento ao artigo 34.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com encerramento do respectivo procedimento, em virtude da não existência de candidaturas. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Dezembro de 2008 — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

### Despacho (extracto) n.º 671/2009

Por meu despacho, de 27 de Novembro de 2008, foi Bruno Miguel Ferreira Roque dos Reis, auxiliar administrativo, escalão 1, índice 128, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, reclassificado nos termos da alínea e) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na carreira auxiliar, categoria de telefonista, escalão 1, índice 133, do mesmo quadro de pessoal, com efeitos a 1 de Dezembro de 2008.

Foi dado cumprimento ao artigo 34.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com encerramento do respectivo procedimento, em virtude da não existência de candidaturas. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Dezembro de 2008 — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

## Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça

### Direcção de Serviços de Administração, Gestão e Informática

#### Despacho (extracto) n.º 672/2009

Por despacho de 19 de Novembro de 2008 do Inspector-Geral dos Serviços de Justiça:

Licenciada Elda Maria Correia Guerreiro Morais — cessada, a seu pedido, com efeitos a partir de 30.12.2008, a comissão de serviço como Directora de Serviços de Administração, Gestão e Informática da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça.

19 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços, *Elda Maria Correia Guerreiro Morais*.

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 673/2009

O Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, consagrou o regime das comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), prevendo que estes serviços periféricos da administração directa do Estado, no âmbito do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), são dotados de órgãos, sendo um desses órgãos o conselho de coordenação intersectorial, presidido pelo presidente da CCDR.

O n.º 3 do artigo 8.º do mencionado diploma legal estabelece que a composição deste conselho de coordenação intersectorial, que integra o dirigente máximo dos serviços desconcentrados de âmbito regional e outros representantes ministeriais com relevância para a região, é definida em despacho conjunto do MAOTDR e do titular das respectivas pastas.

Importa agora nomear, no que apenas diz respeito ao MAOTDR, os dirigentes máximos dos serviços desconcentrados de âmbito regional deste Ministério, com relevância para a região, que irão integrar o conselho de coordenação intersectorial.

Assim, atento o disposto no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, determino o seguinte:

1 — Nomeiam-se para os conselhos de coordenação intersectoriais das respectivas comissões de coordenação e desenvolvimento regional os dirigentes máximos dos serviços desconcentrados do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento